

NO CASO DE SE TRATAR DE 12 PRESTAÇÕES

# Garantia no pagamento de dívidas fiscais é “presente envenenado”

O Orçamento do Estado possibilita a dispensa da prestação de garantia nos pedidos de pagamento, até 12 prestações, das dívidas tributárias em processo executivo e nos pedidos apresentados até ao final do ano. É uma medida transitória importante para o contribuinte. Na perspectiva de uma execução fiscal, o contribuinte pode ter o processo suspenso sem a necessidade de prestação de garantia. Mas há contrapartidas a pagar por este regime.

“É um voto de confiança nos cumpridores, uma vez que o regime se mantém apenas enquanto o devedor pagar as prestações. Para beneficiar deste regime, o executado tem de cumular este pagamento tempestivo de cada prestação com a inexistência de qualquer ato que provoque a elisão do seu património e com a regularização de todas as dívidas que sejam exequíveis pela máquina do Estado”, explicam os fiscalistas da RFF. Assim, com a mera aprovação do plano de pagamento fracionado em 12 prestações, considera-se que o contribuinte tem a sua situação tributária regularizada.

No entanto, há contrapartidas para esta “facilidade”. Embora o contribuinte fique dispensado da prestação de garantia, vê-se confrontado, ao optar por este regime, “com um pagamento sujeito a uma taxa de juros de mora em dobro da que se encontrar em vigor, o que corresponderá a cerca de 10,34%”. Na perspectiva da RFF, “são



juros usurários e que constituem a pedra no sapato deste regime. Ou seja, o Estado beneficia enquanto decorre o plano prestacional autorizado. “Tal só se poderá justificar por força da diminuição da garantia de recebimento dos créditos tributários. Contudo, nota-se que o contribuinte fica impedido de diminuir o seu património, pelo que, em caso de incumprimento, será executado nos termos gerais, pelo que, a sua situação patrimonial será então semelhante à existente aquando da aprovação do plano.”

Não existindo uma verdadeira e sig-

nificativa diminuição da garantia de recebimento do crédito tributário, não se alcança a duplicação para o dobro da taxa de juro de mora. É este pormenor que “envenena” um regime que, em termos gerais, seria de aplaudir. “É de vital importância que os contribuintes estejam alertados para os montantes a pagar a título de taxa de juros de mora versus os custos a ter com a prestação de uma garantia, principalmente nas modalidades menos onerosas, para aferir da menos penosa para regularizar a situação tributária no caso da impossibilidade de pagamento integral.”